



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO
RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

TIPO DE AUDITORIA : **AUDITORIA DE GESTÃO**
EXERCÍCIO : **2010**
PROCESSO N° : **00218.000639/2011-19**
UNIDADE AUDITADA : **910811 - FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A**
MUNICÍPIO - UF : **Rio de Janeiro - RJ**
RELATÓRIO N° : **201108792**
UCI EXECUTORA : **CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Senhor Chefe da CGU-Regional/RJ,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201108792, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado por FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 24/05/2011 a 03/06/2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

II – RESULTADOS DOS TRABALHOS

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-107/2010 e 110/2010.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-110/2010, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A empresa Furnas Centrais Elétricas S.A – ELETROBRAS FURNAS constitui-se em uma empresa pública, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, a qual atua nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, sob o regime de concessão, há mais de 50 anos.

Por força do estabelecido nos Anexos I das Decisões Normativas TCU n.º 107/2010 e 110/2010, a ELETROBRAS FURNAS apresentou seu Relatório de Gestão e sua Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2010, de forma individual.

A empresa não é responsável pela Gestão de Programas de Governo, embora, no exercício de 2010, tenha respondido por 22 Ações Governamentais constantes de dois Programas.

Objetivando avaliar a execução físico e financeira das supracitadas ações, efetuamos, por amostragem não probabilística, a verificação de cinco ações referentes aos programas 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro Oeste e 0807 –

Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio. Foram selecionadas as ações vinculadas às aquisições e transferências de recursos de maior materialidade no exercício de 2010, quais sejam:

Quadro 01- Execução Física e Financeira das Ações Governamentais Analisadas

980811 – ELETROBRAS FURNAS					
0807 – Investimento das Empresas Estatais					
4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	-	-	-	-	-
Financeira	R\$ 25.185.139,00	R\$ 13.934.563,00	55,33%	<p>A troca de mobiliários, muitos dos quais por orientação da CIPA, não pôde ser viabilizada em 2010 por atraso no processo licitatório. Foi prevista a aquisição de equipamentos para análise de eficiência energética em sistemas de potência, mas devido à inexistência no mercado de equipamentos que atendessem às especificações e exigências estabelecidas, a aquisição não ocorreu. Também, houve frustração no processo de aquisição de veículos.</p> <p>Além disso, o Projeto de Sistemas de Detecção de Incêndio do Escritório Central foi impactado pelo motivo de o Bloco “E” possuir agravantes que impactam a pronta substituição do painel antigo pelo novo, pois existem vários sistemas interligados. Para a execução desse serviço é necessário alterar o sistema de supressão à incêndio com Halon e isso implica em um projeto completo de engenharia que abarque o sistema de detecção, o sistema de dumpers dentro dos dutos do ar condicionado e os alarmes necessários. Em 2010, foram abertos os processos de requisição para execução, tanto da instalação dos sistemas de detecção, quanto dos sistemas de supressão a</p>	Reprogramação para 2011.

				<p>incêndio por agente limpo. Dessa forma, devido à proximidade do findar do ano, restou tempo insuficiente, no exercício de 2010, para a aquisição e execução deste projeto.</p> <p>Também, o Departamento de Educação Corporativa fez uma previsão de orçamento para obra e troca do mobiliário no auditório do bloco A. Entretanto, em função de uma obra emergencial no auditório do bloco B, que ficou inativo, a obra do auditório do bloco A teve que ser suspensa em 2010.</p> <p>Em função do espaço que iria surgir com a desmobilização do Núcleo de Atendimento do Departamento Pessoal, um novo layout mais funcional estava previsto, mas como a Central de Relacionamento que absorveria o Núcleo não foi inaugurada, por questões de tecnologia, o Núcleo não foi totalmente desmobilizado comprometendo completamente as aquisições para 2010.</p>	
--	--	--	--	---	--

4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	-	-	-	-	-
Financeira	R\$ 54.979.432,00	R\$ 44.713.629,00	81,33%	Não há.	Não há.

0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro Oeste

2194 – Reforços e Melhorias no Sist. De Transmissão na Área dos Estados de SP e de MG

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	-	-	-	-	-
Financeira	R\$ 148.061.063,00	R\$ 95.048.714,00	64,20%	Em vários projetos de reforços houve a necessidade de aquisição de disjuntores e de modo a se obter menores custos e economia de escala. Então,	Gastos postergados para 2011.

				<p>foi decidido realizar um único processo aquisitivo. A necessidade de considerar uma quantidade muito grande de equipamentos, com a emissão de várias requisições para a confecção de um único edital acarretou demora nesse processo aquisitivo dos disjuntores, postergando os gastos previstos inicialmente. Pelo mesmo motivo houve postergação na contratação de empreiteiras para a execução das obras.</p>	
--	--	--	--	---	--

1G98 - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	25,00%	8,51%	34,04%	Não há.	
Financeira	R\$ 661.034.629,00	R\$ 549.427.003,00	83,12%	Não há.	Não há.

Ação 4478 – Manutenção do Sist. de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões SE e CO

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas.
Física	-	-	-	-	-
Financeira	R\$ 87.954.613,00	R\$ 50.243.485,00	57,12%	<p>Houve atraso na contratação do fornecimento de materiais e equipamentos referentes à implantação do SINOCON – Sistema Nacional de Observabilidade e Controlabilidade do Sistema Interligado Nacional, bem como na correspondente contratação dos serviços de montagem, por causa de atraso na coleta de informações para a emissão da requisição. Também, houve atraso na finalização dos serviços referentes à implantação do SINDAC – Sistema de Supervisão Local pela empresa contratada.</p> <p>Ademais, demandas judiciais nos processos licitatórios, bem com a</p>	Não informada.

				complexidade técnica das contratações, comprometeram o cronograma de investimento em 2010.	
--	--	--	--	--	--

Fonte: Sigplan.

No que tange às metas financeiras, observamos que, em relação às ações governamentais 4102, 2194, 4478, a execução esteve aquém do esperado, principalmente, devido à frustração de processos licitatórios.

Em relação à baixa execução física relacionada à ação 1G98, a Empresa informou que houve revisão no cronograma de obras da UHE Simplício devido ao acréscimo no volume total de obras a serem executadas para este empreendimento, resultando em um aumento do escopo do projeto, que redundou numa redução da realização percentual do empreendimento, de 69,81% (informado no Sigplan até o final de 2009) para 54,11%, valor este que, segundo a Empresa, não foi possível cadastrar no sistema, visto que o mesmo não aceita revisão dos valores realizados em exercícios já encerrados.

Findo o exercício de 2010, a realização física total do empreendimento era de 78,32%. Portanto, foi registrado no Sigplan um avanço de 8,51% referente àquele ano (78,32% – 69,81%), de forma a compatibilizá-lo ao avanço total da obra no sistema, o que representou 34,04% de realização em relação à previsão da LOA, que era de 25%. No entanto, o avanço físico real do empreendimento registrou, em 2010 o percentual de 24,21% (78,32% - 54,11%), o que corresponde a uma realização de 96,84% em relação ao percentual informado na LOA.

Pelas análises efetivadas e informações apresentadas no Relatório de Gestão, evidenciamos que a ELETROBRAS FURNAS apresentou dificuldades para o cumprimento de seu papel na execução de políticas públicas, no âmbito dos Programas 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro Oeste, Ações 2194, 1G98 e 4478, e 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio, restando justificado o descompasso registrado no Sigplan da execução física e financeira da Ação 1G98 e as baixas realizações registradas.

Entendemos que as dificuldades relatadas pela Empresa possuem natureza operacional, tendo sido adotadas diversas medidas por parte da Empresa para o saneamento das questões. No entanto, em face do tempo insuficiente para a conclusão das medidas e da complexidade de algumas contratações, restou à Estatal executar os gastos em 2011.

4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

No âmbito das ações decorrentes do Plano de Transformação do Sistema ELETROBRAS, cujo objetivo é consolidar uma estrutura de gestão corporativa integrada e transparente, tornando o sistema mais competitivo e rentável, foi assinado, em 30/12/2009, entre a ELETROBRAS FURNAS e a ELETROBRAS, o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, período 2010 a 2014, no qual foram estabelecidos os indicadores de desempenho econômico-financeiro, operacional, social e ambiental, descritos no quadro abaixo.

Destaque-se que, em decorrência de a ELETROBRAS FURNAS ser uma empresa pública com capital próprio, somente se inserindo na LOA em parcela do orçamento de investimento e da natureza da origem dos indicadores elaborados, eles não se vinculam a nenhum Programa / Ação específico.

Quadro 02 - Indicadores ELETROBRAS FURNAS

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Utilidade	Mensurabilidade
Participação dos gastos com PMSO na ROL	Quantifica a participação dos custos operacionais na receita operacional líquida	$\frac{PMSO}{ROL}$	SIM	SIM
Cobertura da dívida	Demonstra a capacidade de a empresa pagar o serviço da dívida com geração de caixa operacional	$\frac{Serviço\ da\ Dívida}{EBITDA}$	SIM	SIM
Rentabilidade do patrimônio líquido	Revela quanto a empresa teve de resultado para cada Real de capital próprio	$\frac{Resultado\ do\ Exercício}{Patrimônio\ Líquido}$	SIM	SIM
Investimento realizado sobre o aprovado	Avalia a capacidade de realização dos investimentos aprovados	$\frac{Investimento\ Realizado}{Investimento\ Aprovado}$	SIM	SIM
Margem operacional	Demonstra a eficiência operacional	$\frac{Resultado\ Operacional}{Receita\ Operacional\ Líquida}$	SIM	SIM
ROL por empregado	Mede a receita operacional líquida gerada por empregado	$\frac{Receita\ Operacional\ Líquida}{Número\ de\ Empregados}$	SIM	SIM
Índice de disponibilidade de geração (1)	Gerencia o desempenho das unidades geradoras	$DISPGR = \frac{(1 - TEIFa) \times (1 - TEIP)}{(1 - TEIFRef) \times (1 - TEIPRef)}$	SIM	SIM
Parcela variável descontada em transmissão (2)	Afere a parcela variável por ser descontada por indisponibilidade dos ativos de transmissão	$PVI = \frac{PB}{1440D} K_p \left(\sum_{i=1}^{NP} DVDP_i \right) + \frac{PB}{1440D} \left(\sum_{i=1}^{NO} K_{oi} DVOD_i \right)$	SIM	SIM
Índice de satisfação dos colaboradores	Mensura o nível de satisfação dos colaboradores	$\frac{Somatório\ das\ Médias\ das\ Respostas}{Total\ das\ Respostas}$	SIM	SIM
Nível de investimentos sociais	Avalia o nível de investimentos em ações de responsabilidade social	$\frac{Investimentos\ Sociais}{Receita\ Operacional\ Líquida}$	SIM	SIM
Nível de investimentos em meio ambiente	Avalia o nível de investimentos em meio ambiente	$\frac{Investimentos\ Ambientais}{Receita\ Operacional\ Líquida}$	SIM	SIM

Fonte: Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, período 2010 a 2014

(1) TEIFa: Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada

TEIP: Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada

TEIFref: Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada de Referência

TEIPref: Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada de Referência

(2) PB: Pagamento base (corresponde à disponibilização plena da linha de transmissão)

$\Sigma DVDP$: Somatório da duração verificada de desligamento programado

$\Sigma DVOD$: Somatório da duração verificada de outros desligamentos

K_p : Fator multiplicador para desligamento

K_o : Fator multiplicador para outros desligamentos

D: Número de dias do mês da ocorrência

N_p : Número de Desligamento Programado

N_o : Número de Outros Desligamentos

De modo geral, a utilização dos indicadores de desempenho como ferramenta para tomada de decisões ainda é incipiente. O processo de avaliação de resultados ainda encontra-se em fase de amadurecimento. A avaliação de resultados, segundo o CMDE, deve ser promovida trimestralmente com a expedição de relatórios de acompanhamento, submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração das duas empresas. O Relatório de Acompanhamento do 2º.

Trimestre de 2010 só foi aprovado pela Diretoria de Furnas em 14/09/2010 (RD 006/2564).

Por fim, constatamos que os indicadores acima analisados atendem aos critérios de utilidade, ainda insipiente mas já praticada, e de mensurabilidade.

4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

Apresentamos, a seguir, a conclusão a respeito dos aspectos do sistema de controle interno da ELETROBRAS FURNAS avaliados, nos termos da Decisão Normativa TCU n.º 110/2010. Foram objeto desta avaliação os aspectos inerentes ao ambiente de controle, à avaliação de risco, aos procedimentos de controle, à informação e comunicação, ao monitoramento e aos controles internos das áreas responsáveis pela gestão dos programas e ações afetos à Empresa, pelos recursos humanos e pela condução de licitações.

a) Ambiente de Controle

O mecanismo utilizado para divulgação e conscientização das informações relevantes da Empresa é a sua página da intranet.

Verificamos que a Empresa possui vários atos normativos, disponíveis na sua intranet, que contém os níveis de aprovação e os procedimentos sobre as autorizações e aprovações nos diversos processos de negócio. O Manual de Organização estabelece os níveis de autoridade vigentes e formaliza a Estrutura Organizacional da ELETROBRAS FURNAS, possuindo o organograma e as atribuições de todos os órgãos formais da Companhia, desde a Direção Superior até o nível de Divisão. Destaca-se que o organograma da Empresa encontra-se atualizado.

Como pontos positivos, no que se refere aos valores éticos institucionais, identificamos, nas páginas da intranet e internet da Empresa, o novo Código de Ética único das empresas do Sistema Eletrobrás, instituído a partir de 21/09/2010 em substituição ao que vigorava desde julho de 2005 e a implantação do Portal Ética, em 2010, disponível na intranet da Empresa, onde se encontram a legislação vigente, notícias, destaques, artigos e publicações, monitoramento dos casos analisados pela Comissão de Ética, o canal "Fale Conosco", que remete para a Caixa Postal da Comissão de Ética, destinado a fomentar e recepcionar contribuições, sugestões e críticas apresentadas pelos empregados e o "Canal de Denúncia", entre outras informações.

Da leitura do referido código, constatamos que qualquer pessoa pode entrar em contato direto com a Comissão de Ética, ou por meio da Ouvidoria da empresa para enviar pedidos de esclarecimentos, sugestões, críticas ou denúncias.

b) Quanto à Avaliação de Risco:

A ELETROBRAS FURNAS apesar de possuir Planejamento Estratégico Institucional, o documento ainda não foi implementado. Em decorrência do Plano de Transformação do Sistema Eletrobras - PTSE, a Empresa teve que revisar os principais resultados do seu Planejamento Estratégico, uma vez que foi elaborado antes do advento do PTSE, agora à luz das orientações estratégicas emanadas do Planejamento Estratégico do Sistema Eletrobras.

No que se refere à Gestão de Riscos, em 15/12/2009, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos com o objetivo de apoiar a Diretoria Executiva nas deliberações relativas à gestão de riscos corporativos. Foi disponibilizado o Plano Diretor de Gestão de Riscos Corporativos – PDGR, elaborado no exercício de 2010 e que ainda está em fase de aprovação pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. Foi disponibilizado, também, o Catálogo de Eventos de Riscos da ELETROBRAS FURNAS, no qual foram identificados e detalhados 114 eventos de riscos corporativos.

Segundo o Relatório de Gestão, a Empresa continua utilizando as seguintes práticas:

- risco de crédito: controle, mantido pela Diretoria Financeira, que acompanha a avaliação da Empresa pelas agências classificadoras de risco;
- risco de mercado: controle, mantido pela Diretoria de Operação do Sistema e Comercialização de Energia, por meio do Comitê de Comercialização de Energia;
- risco operacional: controle de riscos relevantes, mitigados por meio de contratação de seguros, ou por auto-seguro, conforme critérios definidos pelo Comitê de Seguros, baseados na probabilidade de ocorrência de perdas, determinada com base no histórico de contingências da ELETROBRAS FURNAS, e na viabilidade econômica e de mercado destas duas modalidades alternativas de proteção dos seus ativos.

Houve, ainda, em 2010, a continuidade de três projetos fundamentais para o aprimoramento da gestão da Empresa: Planejamento Estratégico Corporativo de Furnas (em processo de implantação); ERP - Projeto Sintonia (implantado em 2010, reúne a maior parte dos processos de negócios da Empresa por meio de um único banco de dados, com informações em tempo real, utilizando a ferramenta SAP 6.0); e Projeto SOX (prosseguimento do levantamento dos controles internos de relatórios financeiros alinhados às diretrizes da Lei *Sarbanes-Oxley*, para que a *Holding* possa

manter a negociação das ações ADR, Nível 2, no pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque, iniciada em outubro de 2008.).

c) Quanto à Informação e Comunicação:

Segundo consta do Relatório de Gestão, a Divulgação de Informações Corporativas ocorreu por meio de mídias digitais, mídia impressa, publicidade institucional e legal e por via de vídeos corporativos. Entre estas, destacam-se as digitais, no *twitter* foram publicadas 444 informações com adesão de mais de 2,4 mil seguidores.

No que diz respeito a canais de comunicação abertos, destacam-se o "Fale Conosco", a Ouvidoria e o "Canal Denúncia". A intranet da Empresa é o principal instrumento de comunicação institucional, com acesso a todos os seus empregados.

d) Quanto ao Monitoramento:

O monitoramento dos controles implementados fica a cargo da unidade de Auditoria Interna de FURNAS. Segundo informado no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT 2010, foram emitidos 75 relatórios da auditoria interna, até dezembro de 2010.

Verificamos que a Auditoria Interna acompanha o atendimento e as solicitações dos órgãos de controle por meio de relatórios trimestrais e dos Relatórios de Monitoramento. Da análise dos documentos citados, evidenciamos que a Auditoria Interna monitora junto à área operacional, mediante manifestação formal, as ações adotadas para a implementação da determinação e/ou recomendação dos órgãos de controle externos.

Por último, relevante destacar, ainda, segundo o RAINT, que a ELETROBRAS FURNAS, na qualidade de subsidiária da ELETROBRAS, de modo a atender os requisitos da SOX na Bolsa de Nova York, mapeou e mantém atualizados os processos de controles internos de relatórios financeiros alinhados às diretrizes da Lei Sarbanes Oxley – SOX. Neste sentido, a auditoria coordenou, em conjunto com a área de Tecnologia da Informação – TI, para 2010, a atualização de 21 processos de Negócios e três de TI referentes aos controles internos no nível de processos. Segundo o RAINT 2010, em virtude da entrada em operação do sistema integrado SAP 6.0, em janeiro de 2010, todos os controles dependentes de TI precisaram ser atualizados, gerando, no decorrer dos trabalhos, a emissão de relatórios de auditoria aos respectivos gestores dos processos, com as deficiências de controle identificadas.

e) Quanto à implantação dos Controles Internos no Acompanhamento de Programas e Ações:

Verificamos que a Empresa possui procedimentos de controle interno razoáveis para o acompanhamento de programas e ações sob sua responsabilidade, uma vez que identificamos designação de pessoal responsável e implementação de rotinas para seu monitoramento. Constatamos, pelas conclusões obtidas por meio das análises dos resultados físico e financeiro das Ações 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos, 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, 4478 - Manutenção do Sist. de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões SE e CO, 2194 - Reforços e Melhorias no Sist. de Transmissão na Área dos Estados de SP e de MG e 1G98 - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, que os controles internos referentes ao acompanhamento das Ações 4102, 2194 e 4478 se mostraram suficientemente adequados. No entanto, verificamos que não foram efetuados registros no SIGPLAN acerca das dificuldades enfrentadas na execução das referidas ações, questão essa considerada pontual e sem prejuízo, uma vez que houve, por parte da Empresa, o efetivo acompanhamento da execução e a adoção de medidas saneadoras.

f) Quanto à implantação dos Controles Internos nas Licitações:

Com base nas informações prestadas pela Empresa e nos processos examinados durante o exercício de 2010, podemos inferir que as atividades de controle adotadas na área de Licitações foram realizadas de forma a garantir a regularidade dos processos licitatórios realizados pela Empresa.

g) Quanto à implantação dos Controles Internos na Área de Recursos Humanos:

Baseada nas informações levantadas e considerando as conclusões obtidas por meio das análises das atividades da área de recursos humanos da Empresa realizadas durante o exercício de 2010, podemos afirmar que as atividades de controle adotadas são suficientes para garantir a regularidade dos registros e pagamentos de pessoal realizados pela UJ, havendo, apenas, questões meramente formais e sem prejuízo passíveis de aprimoramento.

Face ao exposto, concluímos que os controles implementados da ELETROBRAS FURNAS, embora alguns estejam em processo de aprimoramento/desenvolvimento, contribuem para mitigar os riscos da Entidade.

Ademais, verificamos que as conclusões desta equipe de auditoria se coadunam com a autoavaliação realizada pela Empresa em seu Relatório de Gestão, acerca dos aspectos de seu Sistema de Controle Interno (Quadro A.9.1 da Portaria

4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Em 2010, havia, na ELETROBRAS FURNAS, 248 convênios nos quais houve transferência de recursos no valor total de aproximadamente R\$ 53,8 milhões. O escopo dos exames realizados está discriminado na tabela abaixo.

Tabela 01 – Transferências Concedidas em 2010

Quantidade de Transferência	Montante	% Qtde Auditada	% Valor Auditado
248	40.042.460,43	1,21%	5,1%

Fonte: Informações extraídas do SAP e anexo à Correspondência DE.023.2011

Analizamos, por amostragem não probabilística por julgamento, os Convênios n.º 15.469, n.º 9000000027 e n.º 9000000110, com valor total transferido, em 2010, de R\$ 2.040,3 mil. Os dois primeiros no tocante ao acompanhamento e fiscalização dos referidos termos pela ELETROBRAS FURNAS e o último quanto ao atendimento aos artigos 11 e 25 da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, quando da transferência voluntária de recursos à entes públicos.

O Convênio n.º 15.469, no valor de R\$ 205,2 mil, cujo objeto consiste no término das etapas não concluídas no extinto convênio 12.589, para consolidar a Área de Proteção Ambiental APA Foz do Rio Santa Teresa, como medida compensatória, possui a previsão de entrega de três relatórios (Inicial, de Acompanhamento e um Final). Observamos atraso, por parte da conveniente, do encaminhamento do Relatório Inicial, situação esta devidamente monitorada por parte da ELETROBRAS FURNAS que adotou as medidas necessárias ao saneamento da pendência.

Já o Convênio n.º 9000000027, referente ao Termo de Cooperação Técnica n.º 19105/2009, firmado, em 23/11/2009, entre a ELETROBRAS FURNAS/Ministério das Cidades/ALAGO – Associação dos Municípios do Lago de Furnas, com vigência de 18 meses, a contar da data de assinatura, e valor de R\$ 3.855,5 mil, possui a previsão de apresentação de prestações de contas parciais e final.

No que tange às prestações de contas apresentadas, verificamos que a ALAGO encaminhou à ELETROBRAS FURNAS as prestações de contas parciais dos gastos incorridos com despesas operacionais e com despesas destinadas a Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana, pertinentes a repasses totalizando R\$ 899,5 mil (R\$ 689,4 mil transferidos em 2010). As prestações de contas relacionadas às despesas operacionais foram analisadas por técnico da Assessoria de Promoção da Cidadania Empresarial/ELETROBRAS FURNAS e pelo responsável designado pelo acompanhamento e fiscalização do referido Termo e a prestação de contas relacionada ao outro tipo de despesa será procedida pelo Ministério das Cidades. Foram apresentados, ainda, relatórios técnicos de acompanhamento dos projetos em andamento.

Por derradeiro, evidenciamos que a liberação do montante de R\$ 1.115,7 mil, ocorreu conforme os termos dispostos nos Ofícios n.º 009154/2010/MCIDADES e n.º 00152/2011/MCIDADES, por meio dos quais, o Ministério das Cidades apontou o recebimento, em 25/11/2010, dos respectivos projetos, aprovou a efetuação do pagamento pela ELETROBRAS FURNAS e relatou que iniciaria, na sequência, a respectiva análise, com vistas a emissão do parecer técnico.

Dessas análises, verificamos que a Empresa vem exercendo o acompanhamento e fiscalização dos convênios de maneira satisfatória, designando representantes técnicos e administrativos para o acompanhamento dos convênios.

Acerca da celebração de instrumentos de transferência junto a entes instituidores de tributos, constatamos que, embora a Empresa solicite, quando da celebração dos convênios, uma série de documentos, não exigiu, quando da assinatura de Termo, no montante de R\$ 30 mil, junto à Prefeitura Municipal de Piracanjuba/GO, a documentação comprobatória de que a beneficiária atendia os requisitos previstos nos artigos 11 e 25 da LRF. Não foi constatada, no entanto, a ocorrência de prejuízo, uma vez que a certidão atual emitida do Cadastro Único de Convênio – CAUC demonstra que o beneficiário encontra-se em situação regular, sendo a questão considerada pontual.

4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

No exercício de 2010, as aquisições de bens e as contratações de serviços da ELETROBRAS FURNAS ocorreram da seguinte forma:

Tabela 02 – Contratações referentes ao exercício de 2010

Modalidade	Valor no exercício (R\$)	% Valor sobre o total	Montante analisado	% recursos analisados
Convite	R\$ 3.370.491,62	0,64%	R\$ 402.419,46	11,94%
Concorrência	R\$ 117.606.521,82	22,24%	R\$ 0,00	0,00%

Modalidade	Valor no exercício (R\$)	% sobre o total	Valor Montante analisado	% recursos analisados
Tomada de Preços	R\$ 8.849.352,27	1,67%	R\$ 0,00	0,00%
Pregão	R\$ 233.086.114,83	44,07%	R\$ 48.677.677,10	20,88%
Dispensa	R\$ 144.886.930,77	27,40%	R\$ 93.921.451,45	64,82%
Inexigibilidade	R\$ 21.066.509,21	3,98%	R\$ 9.036.547,97	42,90%
TOTAL	R\$ 528.865.920,52	100,00%	R\$ 152.038.095,98	28,75%

Fonte: Informações extraídas do SAP, resposta ao item n.º 03 da Solicitação de Auditoria n.º 201108792/01.

A seguir, apresentamos os resultados das análises efetuadas sobre os processos de contratações ocorridas no exercício de 201:

Quadro 03 – Contratações analisadas

Número da Licitação	Contratada e seu CNPJ	Valor da Contratação (R\$)	Oportunidade e Conveniência do Motivo da Licitação	Modalidade da Licitação	Fund. da dispensa	Fund. da inexig.
PE.DSUC.G.0023.2010	MAXXWELD CONECTORES ELETRICOS LTDA 82.470.352/0001-75	54.909,07	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
PE.DSUC.G.0040.2010	MAXXWELD CONECTORES ELETRICOS LTDA 82.470.352/0001-75	30.491,33	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
PE.DSUC.G.00004.2010	FLUKE DO BRASIL LTDA 2370758000147	46.475,00	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
PE.DSUC.G.00036.2010	MULTITEC - INSTRUMENTOS DE MEDICAO 31.424.369/0001-55	44.533,00	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
PE.DAQ.G.00017.2010	BAURUENSE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA 45.022.415/0001-02	36.007.106,85	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
PE.DSUR.G.00007.2010	CIMCORP COMERCIO INTERNACIONAL 59.773.416/0001-95	68.151,14	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
PE.DCAA.C.00002.2010	RENT TELECOM LOCACAO E COM. AP. 77.848.00/0001-90	30.829,00	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
PE.DCAA.C.00003.2010	CINTIA TISUE ITAMI ME 01.360.548/0001-05	16.600,00	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
PE.DSUC.G.00006.2010	ROMI INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA 05.935.940/0001-96	20.200,00	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica

Número da Licitação	Contratada e seu CNPJ	Valor da Contratação (R\$)	Oportunidade e Conveniência do Motivo da Licitação	Modalidade da Licitação	Fund. da dispensa	Fund.da inexig.
	FENIX COMERCIO LTDA ME. 10.634.331/0001-37	15.799,04				
PE.DSUC.G.00052.2010	PRESTOBAT LTDA 65.313.538/0001-00	R\$ 81.583,00	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
PE.DSUR.G.00010.2010	MULTIFUNCAO COM E SERV DE EQUIPAMEN 07.806.762/0001-29	35.000,00	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
PE.DAQ.G.00057.2010	INVESTIPLAN COMPUTADORES E SISTEMAS 01.579.387/0001-45	9.979.999,68	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
PE.DRM.O.00021.2010	VALLE SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA 08.928.115/0001-52	2.245.999,99	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
PR.DAQ.G.0003.2010	CAMARGO CORREA CIMENTOS S.A. 62.258.884/0025-03	3.524.65,00	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
CS.ASA.E.00002.2010	BIOCEV SERVICOS DE MEIO AMBIENTE LT 07.080.828/0001-46	74.225,25	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
CS.ASA.E.00007.2010	BIOPRESERVACAO CONSULTORIA E 05.974.171/0001-35	109.446,36	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
CS.ASA.E.00018.2010	BIOCEV SERVICOS DE MEIO AMBIENTE LT 07.080.828/0001-46	79.525,25	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
CS.DGE.C.00001.2010	TRADICIONAL TOPOGRAFIA E ENGENHARIA 03.304.476/0001-04	139.222,60	Adequada	Devida	Não se Aplica	Não se Aplica
DL.DAQ.G.00010.2010	RODOFACIL TRANSPORTES E TURISMO LTD 09.442.044/0001-46	530.000,00	Adequada	Não se Aplica	Adequada	Não se Aplica
DL.RH.G.2000016942	FUNDACAO COMITE DE GESTAO EMPRESARI 01.883.619/0001-54	181.578,90	Adequada	Não se Aplica	Adequada	Não se Aplica
DL.DRQ.O.00004.2010	GIOVANNI CAVALERI – ME 10.722.897/0001-10	145.438,55	Adequada	Não se Aplica	Adequada	Não se Aplica

Número da Licitação	Contratada e seu CNPJ	Valor da Contratação (R\$)	Oportunidade e Conveniência do Motivo da Licitação	Modalidade da Licitação	Fund. da dispensa	Fund.da inexig.
DL.ASA.E.00002.2010	INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 27.214.907/0001-00	250.000,00	Adequada	Não se Aplica	Adequada	Não se Aplica
DL.APR.C.0002.2009	INTEGRAL ENGENHARIA LTDA 16.629.693/0001-16	92.814.434,00	Adequada	Não se Aplica	Adequada	Não se Aplica
IL.DPD.G.00001.2010	SAP BRASIL LTDA 74.544.297/0001-92	9.036.547,97	Adequada	Não se Aplica	Não se Aplica	Adequada

Fonte: Análises realizadas nos correspondentes processos.

Em decorrência dos exames procedidos, entendemos que os procedimentos realizados pela ELETROBRAS FURNAS concorreram para a regularidade dos processos de aquisição adotados pela Empresa.

4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

A seguir, apresenta-se o quadro de pessoal da ELETROBRAS FURNAS, posição em 31/12/2010.

Quadro 04 - Pessoal em exercício 31/12/2010

Situação	Quant.
Funcionários de carreira	4.845
Requisitados	13
Cedidos	51
Comissionados sem vínculo	16
TOTAL	4.925

Fonte: Relatório de Gestão 2010

Houve acréscimo de 150 profissionais em relação à 31/12/2009, resultado das 184 admissões e dos 34 desligamentos ocorridos ao longo do exercício. Com relação às admissões, 113 ocorreram mediante convocação regular de admitidos em concurso público, 69 mediante medida judicial (sendo 52 concursados não convocados, quatro não concursados e 13 anistiados) e dois mediante contratação de pessoal para exercer cargos em comissão.

O quantitativo de profissionais cedidos passou de 39, em 31/12/2009, para 51, em 31/12/2010. Já o quantitativo de requisitados, no mesmo período, passou de oito para 13. Assim, no balanço cessão/requisição, a força de trabalho da UJ ficou reduzida de 42 profissionais, o que é pouco significativo em relação à força de trabalho total, muito embora há de se atentar para as recorrentes complicações dos processos de cessão/requisição, em especial a questão da inadimplência de ressarcimento de pagamento.

O quadro de 4.925 profissionais encontra-se abaixo do limite estabelecido na Portaria DEST n.º 05/2006, de 5.135 profissionais.

O dimensionamento da força de trabalho da UJ é objeto de estudos no âmbito do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal – PREQ, o qual contempla ainda a renovação do efetivo, considerando o número significativo de empregados já aposentados ou em condições de aposentadoria até 2013 (quase 50% do efetivo), e a compatibilização do perfil profissional com as novas exigências do Plano de Transformação do Sistema Eletrobras.

Quanto ao pessoal terceirizado, a posição em 31/12/2010 foi a seguinte:

Quadro 05 – Terceirizado em exercício 31/12/2010

Categoria	Quant.
Apoio administrativo técnico e operacional	1.591
Vigilância e limpeza	756

Categoria	Quant.
Brigada de incêndio	20
Copa e cozinha	83
Outros (mensageiros, porteiros e recepcionistas)	137
TOTAL	2.587

Fonte: Relatório de Gestão 2010

A categoria "apoio administrativo técnico e operacional" refere-se à pessoal que executa atividades inerentes às categorias funcionais do plano de cargos e salários da UJ. O efetivo, ao final de 2009, era de 1.676 profissionais. A redução decorreu de 85 demissões, sendo 45 por motivos diversos e 40 por aprovação no concurso público da UJ. A situação desse contingente permanece indefinida, após a contestação judicial dos termos do acordo feito com o Ministério Público do Trabalho, que previa a substituição gradual dos terceirizados por concursados.

Quanto à regularidade do processo de cessão e requisição, analisamos três processos de cessão de funcionários: dois cedidos à ELETROBRAS e outro ao Ministério de Minas e Energia - MME, ocorridos em 03/08/2010, 01/10/2010 e 24/08/2010, respectivamente, bem como três processos de prorrogação de cessão: um cedido ao MME, um à Empresa de Pesquisa Energética e outro à ELETROBRAS CHESF, ocorridos em 01/09/2001, 09/11/2004 e 01/12/2004, respectivamente, representando 11,8% das cessões existentes. Examinamos, também, um processo referente à requisição de empregado da ELETROBRAS ELETRONORTE e outro processo de prorrogação de requisição de funcionário da ELETROBRAS CEPEL, efetuados em 05/10/2010 e 02/04/2001, respectivamente, correspondentes a 15,4% das requisições existentes. Consideramos adequados os procedimentos adotados pela empresa quanto à cessão e requisição de funcionários, estando em conformidade com o Manual de Pessoal da Empresa, módulo 4.17 (Cessão de Empregados).

Em relação ao ressarcimento do ônus da remuneração das cessões, verificamos que, em 31/12/2010, o valor da inadimplência era de R\$ 1.475.662,30 (hum milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e dois reais e trinta centavos), um acréscimo de 725,75% em relação ao exercício findo de 2009, sendo o principal devedor a Caixa de Assistência dos Funcionários de FURNAS e Eletronuclear - CAEFE, em 31/12/2010, no montante de R\$ 1.085,3 mil. Esse débito refere-se à cessão indevida de dois funcionários da ELETROBRAS FURNAS para exercerem funções de diretoria na Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e da Eletronuclear - CAEFE, pelos períodos de fevereiro de 2004 a fevereiro de 2009 e de fevereiro de 2005 a fevereiro de 2008 (Acórdão TCU n.º 2053/2010 – Plenário). Verificamos que a Empresa efetuou o levantamento dos valores pagos indevidamente à CAEFE pelas cessões irregulares e emitiu, em 21/10/2010 e 04/01/2011, os Avisos de Débitos n.º 8635.2010.001 e 11376.2011.001, com prazo de vencimento de 30/11/2010 e 28/01/2011, respectivamente, no montante total de R\$ 1.843.219,09 (hum milhão oitocentos e quarenta e três mil duzentos e dezenove reais e nove centavos).

As medidas administrativas acima não surtiram efeito, tendo em vista que os Avisos de Débitos n.º 8635.2010.001 e 11376.2011.001 já venceram e que a CAEFE ainda não efetuou o ressarcimento do montante de R\$ 1,8 milhão aos cofres da ELETROBRAS FURNAS. A Superintendência de Gestão de Pessoas da Empresa solicitou, então, por intermédio da Correspondência Interna RH.G.I.031.2011, de 15/03/2011, que a Consultoria Jurídica adote todas as providências judiciais cabíveis a fim de que a ELETROBRAS FURNAS venha a ser restituída pela CAEFE dos valores pagos no período das cessões indevidas.

Portanto, concluímos que a Empresa vem adotando as medidas necessárias ao equacionamento dos débitos, sendo o elevado aumento observado decorrente de situação atípica.

Quanto ao quesito de remuneração, analisamos a conformidade dos valores percebidos a título de adicional de periculosidade nos meses de agosto a outubro de 2010, em relação ao que dispõe os normativos vigentes. Selecionamos, por amostragem, 15 funcionários de vários órgãos que estão lotados na sede da empresa. Efetuamos, também, visita às instalações da empresa (salas de controle, sala com equipamentos elétricos/eletrônicos, laboratório de testes, e outros), sendo verificado que os Credenciamentos para Atividades de Risco de cinco funcionários estavam desatualizados. Identificamos, ainda, que os registros do sistema de frequência TIME (do SAP) de um funcionário lotado na DMCR.O – Divisão Mecânica de Equipamentos Rotativos estavam deficientes.

Considerando a documentação apresentada, a inspeção física e legislação vigente, constatamos que os 15 funcionários da amostra faziam jus ao pagamento do adicional em tela, no período de agosto a outubro de 2010. As questões observadas foram consideradas meramente formais e sem prejuízo.

4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

Em 2010, o Tribunal de Contas da União (TCU) não expediu qualquer acórdão para a ELETROBRAS FURNAS contendo determinações para exame pelo Órgão de Controle Interno. No entanto, verificamos o cumprimento da recomendação do item 9.1 do Acórdão n.º 30/2010 – Plenário, a qual consideramos atendida.

No que se refere às providências adotadas para atendimento às recomendações expedidas pela CGU-Regional/RJ, na última auditoria anual de contas, constantes no Relatório de Auditoria n.º 244090, avaliamos duas recomendações relacionadas ao item 3.3.1.1 do referido relatório, tendo sido constatado o seu atendimento pleno, posto que houve a celebração do instrumento conveniente recomendado, com aproveitamento do saldo financeiro do termo anterior.

No que tange à atuação da Unidade de Controle Interno da UJ, com base nas informações contidas no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINI 2010, verificamos que, das 420 não-conformidades apontadas pela área nos relatórios emitidos no exercício de 2010, aproximadamente 80%, segundo a Auditoria Interna, estão com status "Assunto Regularizado". Os pontos pendentes de regularização são devidos, basicamente, a três motivos: 1) as áreas auditadas da Empresa não responderam aos pontos levantados para que a Auditoria Interna os pudesse avaliar; 2) a regularização dos pontos levantados serão reavaliadas em momento posterior; e 3) houve discordância da área auditada quanto ao apontado pela Auditoria Interna, sendo submetido à apreciação da Consultoria Jurídica- C.J.P da ELETROBRAS FURNAS.

4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Segundo Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2010, a empresa não possui saldo na conta contábil para registro de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

4.9 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

Com a finalidade de avaliar quanto à objetividade dos critérios adotados para a aferição da qualificação técnica e capacidade operacional para o chamamento público de convenientes entidades privadas, avaliamos o último instrumento de convocação, publicado no sítio da empresa, na data de 03/06/2009.

De acordo com informações disponibilizadas pela empresa, foram selecionados 206 programas, totalizando transferências de R\$ 4.921.936,25 (quatro milhões, novecentos e vinte e um mil, novecentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos), no exercício de 2010.

Observa-se que, no instrumento de chamamento, foram estabelecidos critérios objetivos para seleção dos convenientes, bem como houve prazo de publicidade superior a 15 dias.

Ademais, cabe ressaltar que a empresa não adota o Decreto n.º 6.170/07, uma vez que este restringe sua atuação a transferências de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

4.10 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

De modo a verificar o atendimento ao §3º da Lei n.º 12.309/2010, solicitamos relação dos contratos cadastrados no SAP com a codificação 80 - Instrumento Contratual, referentes ao Projeto Simplicio e Batalha (ambos utilizam recursos do Orçamento de Investimento), preenchidos com os respectivos n.º SIASG. Desta relação, identificamos que parte dos contratos não estavam registrados no SIASG, por entendimento equivocado da Empresa, questão esta considerada pontual e sem prejuízo em decorrência do fato de a maioria dos contratos constar do sistema.

Além disso, identificamos, pela consulta ao SICONV, que não há convênios que utilizam recursos do Orçamento de Investimento cadastrados no referido Sistema, em inobservância ao disposto no §3º do art. 19 da Lei 12.309/2010. Tais convênios, no entanto, representam minoria no quantitativo de instrumentos existentes na Empresa, sendo a questão considerada pontual e sem prejuízo.

4.11 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

O fluxo de entrega das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF dos dirigentes consiste em uma rotina não informatizada, sendo gerada, pela Assessoria do DAP.G (Departamento de Suporte à Gestão de Pessoas), uma relação nominal de todos os funcionários que exerceram cargos ou empregos comissionados ou funções de confiança no exercício, contendo nome completo, CPF e datas de nomeação e exoneração, quando for o caso.

Assim, é expedido e-mail para os supracitados funcionários comunicando a obrigação de entrega da declaração anual de bens e rendas, exigida pela Lei n.º 8.730/1993, ou autorização para acesso eletrônico à Declaração de Ajuste Anual do IR, conforme Portaria Interministerial MP/CGU n.º 298/2007. Posteriormente, os funcionários encaminham o documento/informação para DBRT.G (Divisão de Benefícios Sócios e Relações Trabalhistas)/DAP.G onde é registrada a recepção do documento na planilha gerada pela assessoria do DAP.G.

Ademais, observa-se, ainda, que DBRT.G/DAP.G encaminha e-mail aos funcionários confirmando a recepção do documento/informação, bem como mantém o Dossiê com as Declarações.

Salienta-se que, em inspeção realizada, em 24/05/2011, no DAP.G, foi constatada existência das declarações referentes aos Diretores e Presidentes da empresa no que tange ao ano-base 2009.

De exposto, depreende-se que os controles internos instituídos pela Empresa mostraram-se adequados no tocante à

cobrança e ao fluxo de entrega das declarações de bens e rendas de seus dirigentes (Diretoria e Presidente), referentes ao exercício de 2009. Portanto, a Entidade atende à Lei n.º 8.730/93.

4.12 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Conforme informação disposta no Relatório de Gestão 2010, a ELETROBRAS FURNAS não utiliza bem imóvel de uso especial da União.

4.13 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

Verificamos a estrutura de Tecnologia da Informação – TI da Empresa quanto aos aspectos abaixo detalhados:

a) Planejamento Estratégico de TI

A ELETROBRAS FURNAS possui desenvolvido o Planejamento Estratégico da Coordenação de Organização e Informática - OI.G. O documento mostra-se adequado ao fim a que se propõe, que é estabelecer as diretrizes da Coordenação de TI.

Não identificamos, no entanto, a existência de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação aprovado pela alta administração e alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional, o qual ainda não se encontra completamente implementado, baseado em análise de riscos e com o envolvimento de representantes de todas as áreas da Empresa.

Evidenciamos, ainda, que, por intermédio da Resolução de Diretoria n.º 008/2267, de 08/03/2005, foi aprovada a alteração das atribuições do Comitê de Informática. O Módulo 3.3 do Manual de Organização estabelece a estrutura do Comitê, e estabelece suas atribuições, dentre as quais a de definição de alocação de recursos e priorização de projetos, garantindo o permanente alinhamento às necessidades de negócio e propondo eventuais mudanças.

A ausência de um Planejamento Estratégico de TI aumenta a carga de responsabilidade do Comitê e traz o risco de que soluções equivocadas sejam adotadas, o que pode gerar elevados custos financeiros e operacionais, contrariando os princípios constitucionais de eficiência e da economicidade afetos à Administração Pública.

Concluimos, portanto, ser insuficiente o quesito planejamento de TI no âmbito da ELETROBRAS FURNAS.

b) Política de Segurança da Informação

A ELETROBRAS FURNAS possui Comitê de Segurança da Informação, tendo sido aprovado, em 08/01/2009, o normativo que regula sua composição e atribuições.

Conforme o Manual de Organização, o Comitê, que é vinculado à Diretoria de Gestão Corporativa – DG possui diversas atribuições concernentes à gestão da segurança da informação na Empresa.

A Política de Segurança da Informação da ELETROBRAS FURNAS foi aprovada mediante a 2.384ª Reunião de Diretoria, realizada em 17/04/2007, e apresenta conceitos e princípios adotados, além de conter o desenvolvimento das diretrizes quanto: à dinâmica da própria Política, aos Colaboradores, e à Gestão da Informação. Estabelece, ainda, as normas complementares associadas, contemplando as diretrizes da instituição quanto ao tratamento da segurança da informação, constituindo-se como linha mestra a partir da qual são tratadas as especificidades.

A existência de uma Política de Segurança da Informação e de um Comitê de Segurança da Informação adequadamente estruturados demonstra que a ELETROBRAS FURNAS reconhece a importância da segurança da informação na organização e possui gestão de segurança da informação implementada.

c) Recursos Humanos de TI

A ELETROBRAS FURNAS possui 110 empregados próprios, 25 de nível médio, dois com nível superior incompleto e os demais com nível superior completo, e 68 terceiros, 11 de nível médio, quatro com superior incompleto e os demais com superior completo.

O quantitativo de empregados próprios, à exceção da atividade de Infraestrutura, supera o quantitativo de terceiros, sendo a atividade de gerenciamento desempenhada exclusivamente pelos empregados próprios da ELETROBRAS FURNAS, estando as suas formações acadêmicas, em mais de 40% dos casos diretamente ou indiretamente relacionada à TI, coerentes com as atividades desenvolvidas. Entendemos que a distribuição apresentada pela Empresa demonstra estar atrelada ao pessoal próprio e execução de atividades críticas à gestão, estando os maiores percentuais de terceiros atrelados a atividades típicas de terceirização.

d) Desenvolvimento e Produção de Sistemas

A ELETROBRAS FURNAS possui metodologia de desenvolvimento de sistemas documentada. O documento, estruturado em plataforma web, possui como objetivo dotar a Empresa de um "processo iterativo de desenvolvimento de sistemas baseado no Processo Unificado da Rational (Rational Unified Process – RUP)". A metodologia é fundamentada "por um

processo dirigido a Casos de Uso e centrado em arquitetura, com uma abordagem do desenvolvimento de sistemas de forma iterativa e direcionada por riscos". Possui cinco pilares principais em termos de: Atendimento, Mudanças, Configuração, Qualidade e Desenvolvimento de Software. A metodologia contém orientações detalhadas relacionadas à atividade de desenvolvimento de sistema e gerência de mudanças.

Quanto à definição de acordo de níveis de serviço - ANS no âmbito interno, a ELETROBRAS FURNAS informou que está em processo de implantação, estando estabelecidos indicadores de desempenho para atendimento aos incidentes (problemas) relatados pelos demandantes do serviço. Em relação ao seu relacionamento junto aos contratados, a Empresa possui mapeado o processo denominado "Processo de Tecnologia", Sub-processo "Operações de TI", onde são previstos os procedimentos relacionados ao gerenciamento e acompanhamento dos contratos relacionados a TI assinados. Dentre os procedimentos descritos, é previsto o acompanhamento dos acordos de níveis de serviço contratualmente estabelecidos. No entanto, pela análise da documentação de acompanhamento dos contratos 8000001460 e 8000000439, os quais se constituem nos contratos de desenvolvimento de sistemas ativos no exercício de 2010 na Empresa, não identificamos o registro da validação do ANS, o que consideramos uma questão pontual sem prejuízo à Empresa.

e) Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI

A ELETROBRAS FURNAS possui 179 soluções de TI desenvolvidas e mantidas internamente, geridas pelo Departamento de Desenvolvimento de Sistemas - DDS.G, e outros 16 pacotes da ferramenta SAP/ERP adquiridos e mantidos por terceiros, geridos pela Coordenação de Organização e Informática - OI.G. Em que pese o maior quantitativo de sistemas estar atrelado a empregados próprios, os pacotes adquiridos externamente referem-se à solução de TI contratada que interfere na gestão da empresa como um todo, relacionada a todo o ambiente de negócios e processos críticos da empresa. De modo a evitar dependência por parte da ELETROBRAS FURNAS quanto a terceiros contratados, encontra-se em elaboração um plano de capacitação da equipe que tem por objetivo permitir que a ELETROBRAS FURNAS, num prazo de dois anos, possua autonomia para gerir o SAP ERP.

Em termos de contratação de bens e serviços de TI, é utilizado pela ELETROBRAS FURNAS o processo denominado "IM - Imobilizado", Sub-processo "IM 1 - Compras de Ativo Fixo (Bens e Serviços)", onde são previstos os procedimentos relacionados a aquisições, de um modo geral. Considerando a existência de legislação específica relacionada a TI, entendemos que o processo ora utilizado carece do devido detalhamento, o que consideramos uma questão pontual sem prejuízo à Empresa.

As conclusões acima relatadas coadunam-se com a informação apresentada pelo gestor quando do preenchimento do quadro "Gestão de TI da UJ" constante do Relatório de Gestão, exceto quanto:

- ao quesito de planejamento, que o gestor considerou totalmente válido;
- ao quantitativo de recursos, que não se coaduna com o apresentado mediante Solicitação de Auditoria, tendo sido esclarecido pela Empresa que, quando da resposta à Solicitação de Auditoria, foi apresentada a posição atualizada das informações no exercício de 2011; e
- ao quesito relacionado à existência de área específica para lidar com segurança da informação, que o gestor considerou parcialmente inválida, apesar de ter sido constatado existir um Comitê de Segurança da Informação com atribuições definidas.

4.14 Avaliação do Cumprimento do Acórdão TCU-Plenário 2.132/2010 - Terceirização

Em atendimento à determinação contida no item 9.3 do Acórdão TCU-Plenário n.º 2.132/2010, verificou-se que a ELETROBRAS FURNAS não tem adotado medidas suficientes para atender demanda do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, decorrente do referido acórdão, tendo em vista que, nesta data, a Empresa já deveria ter cumprido o estabelecido nos itens 9.1.1.1 e 9.1.1.2 e não evidenciou a efetivação de nenhum levantamento.

A ELETROBRAS FURNAS não realizou análise criteriosa das atividades passíveis de terceirização, de modo a cumprir as disposições do Decreto n.º 2.271/1997 e da Súmula TST n.º 331, apesar da citada determinação do TCU e de já esgotados os prazos de levantamento estabelecidos pelo DEST .

Cabe destacar, ainda, que a holding ELETROBRAS havia solicitado, por intermédio da Carta CTA-DAG-10999/2010, de 19/10/2010, que a Empresa encaminhasse as informações requeridas no Acórdão TCU n.º 2.132/2010, estabelecendo prazos para seu atendimento. No entanto, constatamos que a Empresa também não observou as orientações expedidas pela sua holding.

4.15 Conteúdo Específico

A ELETROBRAS FURNAS, como subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, é parte integrante do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM, nos termos do Decreto n.º 6.555, de 08/09/2008, alterado pelo Decreto n.º 7.379, de 01/12/2010.

As ações de publicidade efetivadas pela ELETROBRAS FURNAS, no exercício sob exame, foram norteadas pelo seu Plano de Comunicação 2010 - PAC, onde constam os objetivos e o público alvo a serem atingidos, seguindo as orientações da Secretaria de Comunicação da Presidência da República - SECOM e alinhada à Política de Comunicação Integrada do Sistema ELETROBRAS.

Para a prestação dos serviços de publicidade, a ELETROBRAS FURNAS contratou, em 10/02/2010, a agência de publicidade Arcos Propaganda Ltda. (Contrato n.º 8000000976), por meio da Concorrência CO.DAQ.G.0010.2009, no valor anual estimado de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões). No exercício de 2010, a Empresa executou despesas com a nova contratada no montante de R\$ 5.894.090,87 (cinco milhões, oitocentos e noventa e quatro mil e noventa reais e oitenta e sete centavos).

A agência de publicidade, de modo a operacionalizar as ações de publicidade, cria Planos de Mídia para as campanhas previstas no Plano de Comunicação, onde são estabelecidos os objetivos do plano, o público-alvo, cobertura geográfica, os meios a serem utilizados e o período.

Para verificarmos a compatibilidade entre o serviço executado e o serviço previamente aprovado pela ELETROBRAS FURNAS, analisamos as notas fiscais referentes aos pagamentos de abril e agosto e os documentos de respaldo a esses pagamentos, no montante de R\$ 2.688.775,12 (dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e doze centavos) que representaram 45,6% do valor total pago à agência de publicidade Arcos Propaganda Ltda., no exercício sob exame.

No que tange à fiscalização da execução do contrato, consta que os serviços prestados são acompanhados pela Coordenação de Comunicação Social da ELETROBRAS FURNAS. De acordo com o último relatório de avaliação da qualidade do serviço prestado pela agência de publicidade contratada, feito em 18/11/2010, conforme o disposto no artigo 14 da Instrução Normativa SECOM n.º 7, de 13/11/1995, os serviços realizados pela contratante foram prestados de maneira satisfatória.

Diante do exposto, com base nas informações e documentações apresentadas e análises efetivadas, consideramos adequado o Plano de Comunicação de 2010, bem como os instrumentos utilizados para avaliar a sua efetividade.

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Rio de Janeiro/RJ, 26 de agosto de 2011.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO N° : 201108792
UNIDADE AUDITADA : 910811 - FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A
EXERCÍCIO : 2010
PROCESSO N° : 00218.000639/2011-19
MUNICÍPIO - UF : Rio de Janeiro - RJ

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de **01/01/2010 a 31/12/2010**.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. A partir dos exames realizados, as seguintes constatações, que estão detalhadas no respectivo Relatório de Auditoria, impactaram de forma relevante a gestão da unidade examinada, sendo necessária a atuação e acompanhamento das providências preventivas e/ou corretivas por parte dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010:

1.1.1.1

Ausência de análise criteriosa das atividades passíveis de terceirização, de modo a cumprir as disposições do Decreto nº 2.271/1997 e da Súmula TST nº 331, apesar de determinação do TCU e de já esgotados os prazos de levantamento estabelecidos pelo DEST e pela Holding ELETROBRAS.

4. Assim, em função dos exames aplicados sobre os escopos selecionados, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108792, proponho que o encaminhamento das contas dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 seja como indicado a seguir, em função da existência de nexo de causalidade entre os atos de gestão de cada agente e as constatações a seguir especificadas:

4.1 Agentes com proposta de encaminhamento pela gestão **REGULAR COM RESSALVAS**:

Cargo	Constatação
Diretor-Presidente no período de 1/1/2010 até 31/12/2010	1.1.1.1
Diretor de Gestão Corporativa no período de 1/1/2010 até 31/12/2010	1.1.1.1

5. Esclareço que os demais agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 que não foram explicitamente mencionados neste certificado têm, por parte deste órgão de controle interno, encaminhamento para julgamento proposto pela **regularidade** da gestão, tendo em vista a não identificação de nexo de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos referidos agentes.

Rio de Janeiro/RJ, 31 de agosto de 2011

MARISA PIGNATARO

Chefe da Controladoria-Regional da União/RJ



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO Nº : 201108792
EXERCÍCIO : 2010
PROCESSO Nº : 00218.000639/2011-19
UNIDADE AUDITADA : 910811 - FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A
CIDADE : Rio de Janeiro - RJ

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da SFC/CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2. A Gestão Operacional da Unidade está direcionada para a prestação de serviços nas áreas geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, sob regime de concessão.

2.1 Com o objetivo de ampliar sua capacidade de atuação, A ELETROBRAS FURNAS investiu mais de R\$ 1,2 bilhão em obras de geração e transmissão, modernizou usinas hidrelétricas e diversificou sua matriz energética, atuando em fontes alternativas de energia eólica, na Região Nordeste, e na conexão de usinas de biomassa e de Pequenas Centrais Hidrelétricas ao Sistema Interligado Nacional, na Região Centro-Oeste.

2.2 No âmbito dos projetos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento relacionados à área de geração, foram iniciados novos oito projetos, estando a conclusão das hidrelétricas de Simplício e Batalha, projetos de propriedade integral da Empresa, com previsão de conclusão em 2011 e 2012, respectivamente. Entre os empreendimentos em parceria, sob a forma de Sociedade de Propósito Específico - SPE, quatro usinas entraram em operação, em 2010: Baguari, Foz do Chapecó, Serra do Facão e Retiro Baixo.

2.3 Foi destaque no ano o arremate, pela ELETROBRAS FURNAS e parceiros, em leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica, da concessão para construção e operação da Usina Teles Pires, na Região Norte, com potência instalada de 1.820 MW e previsão de início de operação em 2015. Também na área de geração, foram adquiridas as usinas eólicas no 2º Leilão de Energia de Reserva – Miassaba 3 e Rei dos Ventos 1 e 3 – no Nordeste, sob a forma de SPE.

2.4 Acerca dos empreendimentos relacionados à área de transmissão, a Empresa participa de 11 projetos, sendo três próprios. Entre os empreendimentos em parceria, sob a forma de SPE, destaca-se a construção da Linha de Transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2. No exercício, houve a entrada em operação de oito novas instalações, além de se ter iniciado a substituição dos sistemas de proteção das linhas de transmissão em 765 kV, em operação há 30 anos, por equipamentos de tecnologia digital.

3 No desenvolvimento da sua função institucional de geração e transmissão de energia elétrica pode-se citar as seguintes situações que provocaram impacto na consecução dos seus objetivos:

3.1 Foi verificada situação de ausência de análise criteriosa, por parte da ELETROBRAS FURNAS, das atividades passíveis de terceirização, de modo a cumprir as disposições do Decreto n.º 2.271/1997 e da Súmula TST n.º 331, apesar de determinação do TCU, situação esta já de conhecimento prévio da Unidade desde o exercício de 2002, e de já esgotados os prazos de levantamento estabelecidos pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST e pela Holding ELETROBRAS.

3.2 Outra situação refere-se à ausência de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI. A ausência de um Planejamento Estratégico de TI de forma a ordenar a alocação dos recursos e definir prioridades entre as atividades finalísticas da organização, em conformidade com o Planejamento Estratégico Institucional, fragiliza as aquisições e contratações efetivadas, aumentando a responsabilidade do Comitê de Informática. A ausência de um Planejamento Estratégico de TI traz o risco de que soluções equivocadas sejam adotadas, o que pode gerar elevados custos financeiros e operacionais, contrariando os princípios constitucionais de eficiência e da economicidade afetos à Administração Pública.

4. Diante das situações elencadas no item anterior, trabalhou-se com as recomendações a seguir focando-se as causas estruturantes das fragilidades:

4.1 Acerca da ausência de mapeamento das atividades passíveis de terceirização, foi recomendada a finalização imediata do levantamento estabelecido nos itens 9.1.1.1 e 9.1.1.2 do Acórdão TCU n.º 2.132/2010 - Plenário e encaminhamento de resposta ao DEST e à Eletrobras.

4.2 Quanto à situação apresentada no item referente à ausência de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, solicitou-se, diante dos riscos potencializados, a elaboração do PETI alinhado ao PEI.

5. Não foram identificadas, no Plano de Providência Permanente, recomendações não atendidas ou não acatadas pela Unidade Jurisdicionada, de maneira que o acompanhamento das providências tomadas pelas Unidades Organizacionais da Empresa é realizado adequadamente pela Auditoria Interna da Unidade.

6. Diante da implementação dos controles internos administrativos, quanto à qualidade e suficiência, pode-se concluir que o sistema de controle interno da ELETROBRAS FURNAS está em processo de aprimoramento/desenvolvimento, tendo em vista que: foi implementado, em setembro de 2010, o código de ética único do Sistema Eletrobras; a Empresa não dispõe de Plano Institucional implementado - em decorrência do Plano de Transformação do Sistema Eletrobras - PTSE, a Empresa teve que revisar os principais resultados do seu Planejamento Estratégico, uma vez que foi elaborado antes do advento do PTSE; foi elaborado o Plano Diretor de Gestão de Riscos Corporativos – PDGR, ainda em fase de aprovação pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração; há manuais de procedimentos e mecanismos de comunicação capazes de divulgar as principais políticas, diretrizes e normativos; é realizado o monitoramento dos controles implementados por intermédio da Auditoria Interna; há controles na área de licitações visando garantir a regularidade dos processos licitatórios realizados pela Empresa; e há controles suficientes que visam garantir a regularidade dos registros relacionados à gestão de recursos humanos.

7. Destacamos, a seguir, a continuidade de três projetos fundamentais para o aprimoramento da gestão da Empresa.

7.1 O Planejamento Estratégico Corporativo da ELETROBRAS FURNAS, desenvolvido de forma integrada com a ELETROBRAS, foi adequado ao Planejamento Estratégico Corporativo do Sistema Eletrobras para o período 2010-2020 e encontra-se em processo de implantação. Foram destacadas nove iniciativas com foco no aprimoramento da gestão, a saber: institucional, projetos, processos e sistemas, compras, riscos, conhecimento, pessoas, mudança e estratégia de crescimento sustentável. Para cada iniciativa foram definidas ações estratégicas, indicadores e metas.

7.2 A implantação do ERP - *Enterprise Resources Planning* - Projeto Sintonia permitiu a concentração da maior parte dos processos de negócios da Empresa em um único banco de dados, com informações em tempo real, utilizando a ferramenta SAP 6.0, aprimorando o gerenciamento dos processos internos.

7.3 No âmbito do Projeto SOX, iniciado em outubro de 2008, foi dado prosseguimento ao levantamento dos controles internos de relatórios financeiros alinhados às diretrizes da Lei Sarbanes-Oxley, objetivando a negociação, por parte da Holding ELETROBRAS, das ações *American Depositary Receipts* - ADR, Nível 2, no pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

8. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto nº 93.872/86 e inciso VII, art. 13 da IN/TCU/Nº 57/2008 e fundamentado no Relatório de Auditoria Anual de Contas, **acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria**. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei nº 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, de de 2011.

WAGNER ROSA DA SILVA
Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura